

ADAUTO CRUZ

19 JUL 1988



Ronaldo Caiado: o produtor rural é um bom cabo eleitoral

Caiado reassume UDR de olho no segundo turno

"A emenda do Roberto Freire provocou um grave desentendimento na UDR" informou, ontem, o presidente licenciado da entidade, Ronaldo Caiado, ao reassumir o cargo. A UDR está promovendo o 1º Seminário Jurídico sobre Correção Monetária nos Créditos Rurais, no auditório da Associação Comercial, no Palácio do Comércio. Caiado disse que reassumiu para organizar a última e grande mobilização da UDR na Constituinte. Vai reunir os presidentes de todas as regionais, em Brasília, na próxima semana, para discutir a "estratégia" para o segundo turno de votação.

O presidente da UDR deu entrevista à imprensa na sede nacional do órgão (ambiente de pouco luxo mas com as paredes cobertas de fotos de Caiado — foi possível contar 99 fotografias). Disse estar inovando ao promover um encontro de advogados — cerca de 350 assessores e associados de todo o País. São liderados pelo advogado especialista em crédito rural e pecuarista, Antônio Alves. Reúnem-se para estudar fórmulas de entrar com medidas judiciais contra a correção monetária cobrada indevidamente. Não aceitam a limitação da anistia aprovada através da emenda do deputado comunista.

"Roberto Freire não entende nada de crédito rural, já tentei ensinar mas ele não aprende", disse Caiado ironizando os partidos de esquerda que chama de "boutique". Informou que o desentendimento causado foi por conta dos produtores do Sul não aceitarem emendas supressivas para a anistia enquanto que o Norte e Nordeste as exigem.

"O deputado, inclusive, anis-

tiou todos os arrendatários, muitos que plantam em áreas de até dois mil hectares", afirmou.

ESTRATÉGIA

Na Constituinte, pretende apoiar emendas supressivas para a prescritibilidade e nos direitos sociais do trabalhador rural — quer igual aos trabalhadores urbanos — e luta pela manutenção do texto, no capítulo da Ordem Econômica, que garante a não desapropriação de terras produtivas. A estratégia de ação para o segundo turno, Caiado não divulga: "Se eu disser que o artilheiro é o Roosevelt, vice-presidente da UDR ele vai ficar marcado e não vai poder jogar", argumentou. Deixou transparecer, contudo, que a UDR pretende influir, inclusive nas eleições municipais. "Acabei de redigir um telex convocando todos os presidentes de regionais", informou.

Segundo o presidente da UDR, o convite-convocação dos seus liderados passa por um levantamento das eleições municipais e conscientização dos vários segmentos da entidade (UDR-Mulher, UDR-Jovem para a mobilização no DF. "O produtor rural é um bom cabo eleitoral", afirmou, admitindo que vai apoiar até mesmo financeiramente todos que "comungarem com as ideias da UDR". Disse que sua volta à presidência, agora, foi devido a um chamado do vice-presidente Roosevelt Santos mas que coincidiu com a entrevista do relator Bernardo Cabral, ontem, no programa "Bom Dia Brasil": "Ele resolveu investir contra a propriedade produtiva.

Segundo turno

Deputada LÚCIA VÂNIA.

A Assembléia Nacional Constituinte entra agora em seu segundo turno. É o momento ideal para refletirmos sobre a importância do momento em nossa história política.

Existem muitas queixas. A Constituição não teria a coerência desejada, argumentam. Ela não responderia aos questionamentos que a sociedade moderna exige. Para uns, no texto, existe a primazia ao Estado, o que ameaçaria o nosso nascente capitalismo. Porém outros segmentos sociais já vêem uma forte tendência protecionista e cartorial.

Uns e outros têm, obviamente, sua parcela de razão. Assim não fora se a Constituição não se apresentasse como fruto acabado da técnica jurídica aplicada a uma visão da realidade social do País.

Tenho para mim, que este texto traz grandes inovações, aspectos extremamente positivos, principalmente a sua heterogeneidade, que marca a presença da multiplicidade de concepções que abriga a nacionalidade. Claro que esta não é uma obra acabada. Deve ser lida à luz da citação brasileira, com as suas contradições.

Foi difícil, mas rica em experiência esta aventura que nós constituintes nos lançamos. Foi um desafio partir do caos inicial. Iniciar a reestruturação de uma arquitetura do Estado e das relações deste com a sociedade.

É bom lembrar que nós constituintes nunca sob os olhos e a emoção de toda a sociedade brasileira.

O resultado deste trabalho está agora às vésperas da sua apreciação final. Itens ainda podem ser melhorados, mas não vejo razão de intervir nas linhas gerais nos fundamentos da Constituição.

Se delineamos um Estado democrático é uma conquista do povo. Ampliamos as garantias aos cidadãos. Aos seus direitos concederam-se garantias democráticas, firmes, estáveis presentes no texto. Sob este aspecto é impossível recuar.

.E dever do Estado prover o

bem comum. Não se pode eximi-lo desta sua vital função social. Neste ponto também entram as conquistas dos trabalhadores, das mulheres, dos aposentados, das crianças, dos grupos minoritários e discriminados, que são conquistas inegociáveis seja em nome de qual interesse for.

Por isto devemos estar vigilantes, primeiro para que as conquistas positivas não sejam feridas ou minimizadas, depois para que entre tantos dispositivos, saibamos entender os que revelam os verdadeiros interesses do povo e aqueles que aceitam com paraíso trazendo, no entanto, em seu bojo a realidade da discriminação e do desemprego.

Precisamos levar para o segundo turno de votação, não o ardor apaixonado, mas o melhor de nós para o bem do País e da sociedade. Situação que valorizem a produção e o trabalho.

A exigência de equidade social se fundamenta na existência de bens, na riqueza de quem pode dispor dos cidadãos, na proporção de seu trabalho e competência. Daí não vemos dicotomia entre empregados e patrões, empresários e trabalhadores, entre capital e trabalho. Antes achamos que deve haver entre os diferentes setores, uma convivência digna onde um estimule e promova o desenvolvimento fundado numa relação justa que remunere e reconheça o valor do outro.

O que não podemos é embarcar na ilusão de repetir a miséria, como se isto fosse justiça. O que todos os brasileiros precisam é de superar a pobreza e isso se consegue com trabalho e recursos que se articulam em razão dos interesses do País e de seu povo.

Um país desenvolvido pressupõe a existência de uma empresa moderna que tenha lucros, mas que cumpra a sua destinação social. Porque seu papel não é só engordar estatísticas de produção e lucro. Mas promover o desenvolvimento social real, para os trabalhadores e suas famílias.

É dentro deste espírito que nós, constituintes, nos comportaremos na votação do segundo turno no Congresso Nacional.